

# **INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:**

contribuições ao professor do Ensino Regular

**Elzabel Maria Alberton Frias (Profª PDE)<sup>1</sup>**

**Maria Christine Berdusco Menezes (Orientadora/FAFIPA)<sup>2</sup>**

**Resumo:** Vivenciamos um momento em que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. A legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Entretanto, não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, buscou-se no presente estudo discutir sobre o processo de inclusão enfocando quatro momentos: primeiro um breve percurso histórico mostrando os diferentes tipos de inclusão; em seguida, uma breve reflexão sobre a terminologia “necessidades educacionais especiais”; focamos, também, a função da escola e o papel do professor no processo de inclusão. Amparando-se nos pressupostos da concepção histórico-crítica, focamos a importância da relação entre professor/aluno para o sucesso na aprendizagem, propondo dessa forma, algumas sugestões sobre “possíveis ações na prática do dia-a-dia”, aos professores do ensino regular que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio que no decorrer do ano letivo se deparam com alunos com necessidade especiais. Por fim, apresentamos os dados coletados e as discussões realizadas com professores do ensino regular sobre a prática escolar e o processo de inclusão.

**Palavras-chave:** Ensino Regular. Necessidades Educacionais Especiais. Inclusão Escolar.

## **INCLUSION SCHOOL STUDENT WITH SPECIAL NEEDS EDUCATION:**

**contributions to the regular education teachers**

**Abstract:** We live a time when the world is spoken in school inclusion of students with special educational needs in mainstream education. The legislation is explicit about the

---

1 Professora de Educação Especial da rede Pública Estadual, participante do Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE/2008

2 Professora Mestre do Departamento de Educação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, na área de Gestão Escolar e orientadora do PDE.

obligation to accept and enroll all students, regardless of their needs or differences. However, it is sufficient only that host, but that pupils with special educational needs have effective conditions for learning and developing their potential. Therefore, we sought in this study discuss the process of inclusion focusing on four stages: first a brief history showing the different types of inclusion, then a brief discussion on the term 'special educational needs'; focus also the function of the school and the teacher's role in the process of inclusion. Bolstering the assumptions of historical-critical design, we focus on the importance of the relationship between teacher / student for success in learning, thereby offering some suggestions about "possible actions in practice day-to-day," teachers in regular work in schools in elementary and high school that during the school year are faced with students with special needs. Finally, we present the data collected and the discussions with teachers of regular practice on the school and the inclusion process.

**Keywords:** Regular Education. Special Educational needs. School inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi elaborado a partir do trabalho de pesquisa bibliográfica e da implementação pedagógica, realizados no PDE-SEED/PR 2008/2009, tendo como objetivos, proporcionar aos professores do ensino regular uma oportunidade de reflexão sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, através de estudos e discussões sobre o assunto, proporcionando uma visão geral da história da educação especial e das políticas de educação especial no Brasil, bem como as especificidades de cada necessidade educacional especial e algumas contribuições ao professor, no sentido de como trabalhar com esse alunado.

Vivenciamos um momento em que mundialmente se fala na inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino. Sabemos que a legislação é explícita, quanto à obrigatoriedade em acolher e matricular todos os alunos, independente de suas necessidades ou diferenças. Por outro lado, é importante ressaltar que não é suficiente apenas esse acolhimento, mas que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades. Desta forma, é necessário e urgente, que os sistemas de ensino se organizem para que além de assegurar essas matrículas, assegurem também a permanência de todos os alunos, sem perder de vista a intencionalidade pedagógica e a qualidade do ensino.

Considerando que os fundamentos teórico-metodológicos da Educação Inclusiva, baseiam-se numa concepção de educação de qualidade para todos e no respeito à diversidade dos educandos, é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional, para o atendimento das necessidades educativas de todos os alunos, com ou sem deficiências. Infelizmente, o despreparo dos professores figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva. É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Sendo assim o artigo que se segue está dividido em quatro momentos: primeiro buscamos contextualizar a discussão da inclusão realizando um percurso histórico mostrando os diferentes tipos de inclusão; realizado esse percurso direcionamos a discussão para o uso do termo “necessidades educacionais especiais” termo este usado nos dias atuais, mas que requer um entendimento do uso; em seguida focamos a função da escola e o papel do professor no processo de inclusão, ambos são fundamentais para o sucesso dos alunos, que apresentam necessidades especiais, que pelo espaço escolar passam. Sabendo que é de extrema importância a relação entre professor/aluno para o sucesso na aprendizagem, a preocupação se deu em contribuir com algumas sugestões sobre “possíveis ações na prática do dia-a-dia”, aos professores do ensino regular que atuam nas escolas de Ensino Fundamental e Médio que no decorrer do ano letivo se deparam com alunos com necessidade especiais. Por fim, apresentamos os dados coletados e as discussões realizadas com professores do ensino regular sobre a prática escolar e o processo de inclusão.

## **2. DIFERENTES FASES DO PROCESSO DE INCLUSÃO**

A historicidade da inclusão evidencia que esta atravessou diferentes fases em diversas épocas e culturas. Segundo Correia (1999), a Idade Antiga, na Grécia é considerada um período de grande exclusão social, pois crianças nascidas com alguma deficiência eram abandonadas ou mesmo eliminadas, sem chance ou direito ao convívio social. Na Idade Média, pessoas com deficiência eram também marginalizadas, até por questões sobrenaturais, rotuladas como inválidas, perseguidas e mortas. Assim, muitas vezes as famílias preferiam escondê-las e assim, privá-las da vida comunitária e social. A idéia de promover aos filhos, qualquer tipo de intervenção em ambientes diferenciados não era uma prática comum. Conforme Jannuzzi (2004), no Brasil por volta do século XVIII, o atendimento aos deficientes restringia-se aos sistemas de abrigos e à distribuição de alimentos, nas Santas Casas, salvo algumas exceções de crianças que até participavam de algumas instruções com outras crianças ditas normais.

No século XX, a questão educacional foi se configurando, mais pela concepção médico-pedagógica, sendo mais centrada nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começam a influenciar a educação e configuram a concepção na linha psicopedagógica, que ressalta a importância da escola e enfatiza os métodos e as técnicas de ensino. Por volta da década de 1990 e início do século XXI, avançam os estudos em Educação Especial no Brasil (MAZZOTTA, 2005).

De acordo com os estudos de Mazzotta (2005), é possível destacar três atitudes sociais que marcaram o desenvolvimento da Educação Especial no tratamento dado às pessoas com necessidades especiais especialmente no que diz respeito às pessoas com deficiência: marginalização, assistencialismo e educação/reabilitação.

- **Marginalização** – atitudes de total descrença na capacidade de pessoas com deficiência, o que gera uma completa omissão da sociedade na organização de serviços para esse grupo da população.
- **Assistencialismo** – atitudes marcadas por um sentido filantrópico, paternalista e humanitário, que buscavam apenas dar proteção às pessoas com deficiência, permanecendo a descrença no potencial destes indivíduos.
- **Educação/reabilitação** – atitudes de crença nas possibilidades de mudança e desenvolvimento das pessoas com deficiência e em decorrência disso, a preocupação com a organização de serviços educacionais.

Sasaki (2006) ao explicar sobre o processo de inclusão/integração educacional situa quatro fases que ocorreram ao longo do desenvolvimento da história da inclusão:

- **Fase de Exclusão:** período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.
- **Fase da Segregação Institucional:** neste período, as pessoas com necessidades especiais eram afastadas de suas famílias e recebiam atendimentos em instituições religiosas ou filantrópicas. Foi nessa fase que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação.

- **Fase da Integração:** algumas pessoas com necessidades especiais eram encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos, após passarem por testes de inteligência. Os alunos eram preparados para adaptar-se à sociedade.
- **Fase de Inclusão:** todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades.

No Brasil a apropriação do discurso favorável à inclusão foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde o final da década de 40, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tomando maior impulso a partir dos anos 90 em favor da implantação das reformas neoliberais.

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas produziu vários documentos internacionais, norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. O Brasil, membro da ONU e signatário desses documentos, reconhece seus conteúdos e os respeita na elaboração das políticas públicas nacionais. Dentre os documentos produzidos destacamos: Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Mundial Sobre Educação para Todos e “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”; Declaração de Salamanca; Convenção da Guatemala e a Declaração de Montreal.

### **3. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Para a construção de uma verdadeira sociedade inclusiva é importante, também, que se tenha preocupação e cuidado com a linguagem que se utiliza. Afinal, através da linguagem é possível expressar, voluntariamente ou involuntariamente, aceitação, respeito ou preconceito e discriminação em relação às pessoas ou grupos de pessoas, conforme suas características.

Segundo Sasaki, (2005) se, desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, é imprescindível conhecer e usar corretamente os termos técnicos, pois a terminologia

correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente carregados de preconceitos, estigmas e estereótipos

Sabemos que os termos podem ser considerados corretos ou incorretos, em função de diferentes valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, com o decorrer do tempo, mudam-se os valores, mudam-se os conceitos e, mudam-se também, os termos. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos. A preocupação com a terminologia está no fato de que o uso incorreto de um determinado termo ou palavra pode reforçar e perpetuar idéias e informações equivocadas, e conceitos ultrapassados.

Este fato pode, muitas vezes, ser a causa da dificuldade ou da demora com que as pessoas em geral e até mesmo os profissionais mudam seus conceitos, comportamentos, raciocínios e conhecimentos em relação às pessoas ou grupos de pessoas consideradas 'diferentes'. Sasaki (2005) ressalta ainda que isto pode, também, causar resistências contra mudanças de paradigmas como o que aconteceu, por exemplo, com os termos 'integração' e 'inclusão' em todos os sistemas sociais comuns.

No Brasil, têm ocorrido tentativas de se estabelecer terminologias corretas, ao se tratar principalmente de assunto relativos à deficiência, no intuito de desencorajar práticas discriminatórias.

A expressão '*necessidades educacionais especiais*' tornou-se bastante conhecida, no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar os efeitos negativos de terminologias adotadas anteriormente para distinguir os indivíduos em suas singularidades, por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, lingüísticas, síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes, etc. tais como: deficientes, excepcionais, subnormais, infradotados, incapacitados, superdotados, entre outras. Segundo a Deliberação nº 02/03- CEE, a terminologia '*necessidades educacionais especiais*' deve ser utilizada para referir-se às crianças e jovens, cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Assim, a terminologia *necessidades educacionais*

*especiais* pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar. Está associada, portanto às dificuldades de aprendizagem, não necessariamente vinculadas às deficiências. Na verdade, com o uso dessa expressão, buscou-se deslocar o foco do 'especial' do aluno direcionando-o para as respostas educacionais que eles requerem, ou seja, evita-se enfatizar os atributos ou condições pessoais que influenciam diretamente na aprendizagem e escolarização, ressaltando-se a importância do papel da escola no atendimento a cada aluno nas suas necessidades específicas. Assim, respeitar a diversidade e manter a ação pedagógica torna-se um desafio no desenvolvimento do trabalho com alunos que apresentam necessidades especiais.

No que se refere ao atendimento especializado a ser oferecido na escola para quem dele necessitar, a atual Política Nacional de Educação Especial aponta para uma definição de prioridades e define como aluno portador de necessidades especiais aquele que apresenta necessidades específicas de aprendizagens curriculares, diferenciadas dos demais alunos e que requeiram recursos pedagógicos e metodologias específicas, sendo assim classificados: alunos com deficiência; alunos com condutas típicas e alunos com superdotação/altas habilidades. No Paraná, a Deliberação nº 02/03 – CEE, que fixa as normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais no Sistema de Ensino do Estado do Paraná, e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008), assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais decorrentes de:

- I. deficiências mental, física/neuromotora, visual e auditiva;
- II. transtornos globais do desenvolvimento; e
- III. superdotação/altas habilidades.

Embora as classificações e as terminologias sejam criadas para facilitar o trabalho educacional e de certa forma, dinamizar os procedimentos sabemos que podem também, gerar conseqüências negativas quando são utilizadas para rotular, discriminar ou até mesmo disseminar idéias preconceituosas e pejorativas em relação aos indivíduos que delas façam parte. Sabemos que as palavras não são



neutras ou imparciais. É importante reafirmar que as 'necessidades especiais', não se referem às limitações apresentadas pelas pessoas, mas sim às exigências de ampla acessibilidade que realmente possa oportunizar condições de independência e autonomia desses indivíduos.

Portanto, para que as mudanças ocorram significativamente, independentes da terminologia empregada, se faz necessário provocar reações diferentes no pensamento e no sentimento das pessoas, ou seja, trata-se de uma verdadeira tomada de consciência desta 'aparentemente nova' realidade.

#### **4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNÇÃO DA ESCOLA E DO PROFESSOR**

A diversidade humana é inegável. Mas a escola, apesar de ser um espaço sociocultural onde as diferenças coexistem, nem sempre reconheceu sua existência ou considerou-a na sua complexidade, em todos os elementos do processo pedagógico. Possibilitar essas diferentes presenças de forma harmoniosa e produtiva na escola, sempre foi um desafio, visto que, esta sempre buscou desenvolver um trabalho baseado na homogeneização, baseado e 'justificado' na premissa de que turmas homogêneas facilitam o trabalho do professor e facilitam a aprendizagem.

Assim, a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de alguns grupos, legitimando um processo de exclusão através de suas políticas e práticas educacionais, que reproduzem a ordem social.

Sendo a escola, o espaço primeiro e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados.

Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões

relativas ao tema. O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda, se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais.

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos.

Nas várias reformas educacionais ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, o tema das necessidades educacionais especiais esteve presente, com a referência comum da responsabilidade do poder público e da matrícula preferencial na rede regular de ensino, com os apoios especializados necessários.

Com a Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, houve um avanço na perspectiva da

universalização e atenção à diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação, em seu Art. 2º,

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos.

Na interpretação de Mantoan (2004), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é um movimento que tem sido muito polemizado por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças.

Com certeza, de modo geral, as escolas têm conhecimento das leis acerca da inclusão bem como da obrigatoriedade da garantia de vaga para os alunos com necessidades educacionais especiais, no entanto apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação. Sabemos também, da dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais". Sabemos que, para que a inclusão se efetue não basta a garantia apenas na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto sócio-econômico, além de serem gradativas, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade. Por outro lado, o processo de Inclusão já está posto e não se trata de desativar o que está funcionando, mas sim de buscarem alternativas e formas de articulações que possibilitem esse novo modo de ver e pensar a escola. Além disso, a educação inclusiva favorece não só o aluno com necessidades educacionais especiais, mas, também os demais alunos que passam a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de juntos receberem uma metodologia de ensino diferenciada e da disposição de maiores recursos.

Na concepção histórico-crítica, Saviani (2001), aponta que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador

do processo ensino/aprendizagem. Na verdade, cabe-nos até, alguns questionamentos: a oferta de ensino aos alunos com necessidades especiais na rede regular deve acontecer porque está na Lei, ou porque acreditamos em suas condições de aprendizagem real? Devemos incluí-los porque nos causam pena ou porque vemos neles a possibilidade real de participação e contribuição na sociedade? Mantoan (2006) afirma que é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino-aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas. Nas palavras de Carvalho, (2004, p. 77):

A Letra das leis, os textos teóricos e os discursos que proferimos asseguram os direitos, mas o que os garante são as efetivas ações, na medida em que se concretizam os dispositivos legais e todas as deliberações contidas nos textos de políticas públicas. Para tanto, mais que prever há que prover recursos de toda a ordem, permitindo que os direitos humanos sejam respeitados, de fato. Inúmeras são as providências políticas, administrativas e financeiras a serem tomadas, para que as escolas, sem discriminações de qualquer natureza, acolham a todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras...

Portanto, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino se efetive, possibilitando o resgate de sua cidadania e ampliando suas perspectivas existenciais, não basta a promulgação de leis que determinem a criação de cursos de capacitação básica de professores, nem a obrigatoriedade de matrícula nas escolas da rede pública. Estas são, sem dúvida, medidas essenciais, porém não suficientes.

## **5. CONTRIBUIÇÕES AOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR**

Sabemos que ensinar é uma tarefa que envolve principalmente: conhecimento acerca de como se dá o processo de ensino/aprendizagem; domínio do conhecimento a ser socializado; competência técnico-pedagógica; planejamento;

intencionalidade pedagógica; competência para perceber e atender às especificidades educacionais dos alunos.

Incluir pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular pressupõe uma grande reforma no sistema educacional. Isto implica na flexibilização ou adequação do currículo, com modificação das formas de ensino, metodologias e avaliação; implica também no desenvolvimento de trabalhos em grupos na sala de aula e na criação e adequação de estruturas físicas que facilitem o ingresso e a movimentação de todas as pessoas. É um desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, devemos garantir não só o desenvolvimento da aprendizagem, bem como, o desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais.

Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparada” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas, o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.

Nesse sentido, direcionamos nossa atenção para as ações que cabem aos professores realizar na prática pedagógica no intuito de favorecer a aprendizagem de todos os alunos envolvidos no processo. Sugerimos algumas Adaptações Curriculares de Pequeno Porte (Adaptações Não Significativas), possíveis de serem aplicadas.

De acordo com o MEC as adaptações curriculares são:

Respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais: a) de acesso ao currículo; b) de participação integral, efetiva e bem-sucedida em uma programação escolar tão comum quanto possível; (BRASIL, 2000, p. 7)

Essas adaptações são assim chamadas, justamente por não exigirem autorização de instâncias superiores e terem sua implementação totalmente realizada através do trabalho docente.

De modo geral dentre essas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular, estão:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa auto-estima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

As adaptações de pequeno porte (não significativas) constituem pequenos ajustes nas ações planejadas a serem desenvolvidas no contexto da sala de aula. Além dessas adaptações gerais, é importante refletir também nas adaptações mais específicas de acordo com cada necessidade.

É importante ressaltar ainda, que antes de se iniciar um trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais, no ensino regular, é necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças.

## **5.1 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS**

Para que o processo de inclusão possa ser direcionado ao atendimento eficaz dos alunos que apresentam necessidades especiais, no atual modelo escolar brasileiro, devemos repensar a escola e suas práticas pedagógicas, visando o benefício de alunos e professores. É preciso organizar e estabelecer o desenvolvimento de estratégias de intervenção que facilitem a implementação desta proposta. Claro que não há modelos pedagógicos prontos, fechados, nem diretrizes que possam dar conta de uma transformação da escola tradicional, para uma escola

inclusiva e de qualidade para todos. Cada escola, cada turma, cada professor, cada aluno, possuem suas especificidades e estão inseridos em diferentes realidades. Mas, é possível estabelecer algumas adaptações que possam contribuir de forma simples, prática e abrangente às diversas situações, dificuldades e necessidades especiais existentes nas escolas, uma vez que os alunos com necessidades especiais, já estão chegando na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível no intuito de favorecer uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos envolvidos no processo.

As orientações de adaptações, sugeridas a seguir possuem como referência principal, o *Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola*, produzido em Brasília no ano de 2000, pelo Ministério da Educação/Secretaria da Educação Especial.

### **5.1.1 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

- Posicionar o aluno de modo a favorecer as condições de audição na sala de aula;
- Facilitar a locomoção e o deslocamento do aluno, proporcionando maior grau de independência, evitando acidentes, através da melhor disposição possível do mobiliário.
- Explicar verbalmente, de forma detalhada todo o material utilizado visualmente em sala, para que o aluno tenha noção do que e de como está se desenvolvendo a atividade;
- Oferecer suporte físico, verbal e instrucional, para a locomoção do aluno, no que se refere à orientação espacial;
- Ampliar o tempo disponível para a realização das atividades e provas;
- Evitar dar uma avaliação diferente, pois isso pode ser considerado discriminatório e dificulta a avaliação comparativa com os outros estudantes;
- Ajudar só na medida do necessário;

- Ter um comportamento o mais natural possível, sem super proteção, ou pelo contrário, indiferença.

### **Aspectos que devem ser considerados na escolarização do aluno deficiente visual:**

- dificuldade de contato com o ambiente físico;
- carência de material adequado - pode conduzir a aprendizagem da criança deficiente visual a mero verbalismo;
- a formação de conceitos depende do íntimo contato da criança com as coisas do mundo;
- assim como a criança de visão normal, a deficiente visual necessita de motivação para a aprendizagem;
- alguns recursos podem suprir as lacunas na aquisição de informação pela criança com deficiência visual;
- o manuseio de diferentes materiais possibilita o treinamento da percepção tátil.

### **Materiais básicos para o ensino de alunos com deficiência visual**

- reglete de mesa;
- punção;
- sorobã;
- máquina de datilografia braile;
- textos transcritos no Sistema Braille

### **Recursos não ópticos para alunos com deficiência visual**

- uso de lápis preto 6B;
- uso de caneta ponta porosa (tipo futura ou pincel atômico) para ampliação e contorno;
- papel com pauta dupla ou reforçada;
- aumento do contraste, usando-se cores bem contrastantes (preto/branco);
- uso de carteiras reclináveis;



- controle da iluminação;
- ampliação de textos e/ou livros manual, xerox com alto contraste ou no computador;
- CCTV (sistema de circuito fechado de televisão) ou lupa eletrônica;
- gravador;
- microcomputador com jogos pedagógicos;
- kit Dosvox;
- virtual vision.

### **Dicas básicas para a convivência com pessoas cegas ou com deficiência visual no dia a dia**

- Se a pessoa cega não estiver prestando atenção em você, toque em seu braço para indicar que você está falando com ela. Avise quando for embora, para que ela não fique falando sozinha;
- Se sua ajuda for aceita, nunca puxe a pessoa cega pelo braço. Ofereça seu cotovelo (ou o ombro caso você seja muito mais baixo do que ela). Geralmente, apenas com um leve toque a pessoa cega poderá seguir você com segurança e conforto;
- Num local estreito, como uma porta ou corredor por onde só passe uma pessoa por vez, coloque o seu braço para trás ou ofereça o ombro, para que a pessoa cega continue a seguir você;
- Algumas pessoas, sem perceber, aumentam o tom de voz para falar com pessoas cegas. Use tom normal de voz;
- Não modifique a posição dos móveis sem avisar a pessoa cega e cuide para objetos não fiquem no seu caminho. Avise se houver objetos cortantes ou cinzeiros perto dela;
- Conserve as portas fechadas ou encostadas à parede;
- Para indicar uma cadeira, coloque a mão da pessoa cega sobre o encosto e informe se a cadeira tem braço ou não. Deixe que a pessoa se sente sozinha;
- Seja preciso ao indicar direções. Informe as distâncias em metros ou passos.

### **5.1.2 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS SURDOS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

- posicionar o aluno na sala de aula de forma que possa ver os movimentos do rosto (orofaciais) do professor e de seus colegas;
- utilizar a escrita e outros materiais visuais para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente;
- utilizar os recursos e materiais adaptados disponíveis: treinador de fala, tablado, softwares educativos, solicitar que o aluno use a prótese auditiva, etc.;
- utilizar textos escritos complementados com elementos que favoreçam sua compreensão: linguagem gestual, língua de sinais;
- apresentar referências importantes e relevantes sobre um texto (o contexto histórico, o enredo, os personagens, a localização geográfica, a biografia do autor, etc.) em língua de sinais, oralmente, ou utilizando outros recursos, antes de sua leitura;
- promover a interpretação de textos por meio de material plástico (desenho, pintura, murais, etc.) ou de material cênico (dramatização e mímica);
- utilizar um sistema alternativo de comunicação adaptado às possibilidades e necessidades do aluno: língua de sinais, leitura orofacial, linguagem gestual, etc.
- Há alunos que conseguem ler os movimentos dos lábios. Assim, o professor e os colegas devem falar o mais claramente possível, evitando voltar-se de costas enquanto fala. É extremamente difícil para estes alunos anotarem nas aulas, durante a exposição oral da matéria, principalmente aqueles que fazem leitura labial enquanto o professor fala;
- É sempre útil fornecer uma cópia dos textos com antecedência, assim como uma lista da terminologia técnica utilizada na disciplina, para o aluno tomar conhecimento das palavras e do conteúdo da aula a ser lecionada;
- Este estudante pode necessitar de tempo extra para responder aos testes;
- Fale com naturalidade e clareza, não exagerando no tom de voz;

- Evite estar em frente à janela ou outras fontes de luz, pois o reflexo pode obstruir a visão;
- Quando falar, não ponha a mão na frente da boca;
- Quando utilizar o quadro ou outros materiais de apoio audiovisual, primeiro exponha os materiais e só depois explique ou vice-versa (ex: escreva o exercício no quadro ou no caderno e explique depois e não simultaneamente);
- Repita as questões ou comentários durante as discussões ou conversas e indique (por gestos) quem está falando para uma melhor compreensão por parte do aluno;
- Escreva no quadro ou no caderno do aluno datas e informações importantes, para assegurar que foram entendidas;
- Durante as avaliações, o aluno deverá ocupar um lugar na fila da frente. Um pequeno toque no ombro dele poderá ser um bom sistema para chamar-lhe a atenção, antes de fazer um esclarecimento.

### **Dicas básicas para a convivência com pessoas surdas ou com deficiência auditiva no dia a dia**

- Quando quiser falar com uma pessoa surda, se ela não estiver prestando atenção em você, acene para ela ou toque levemente em seu braço;
- Se ela fizer leitura labial, fale de frente para ela e não cubra sua boca com gestos e objetos. Usar bigode também atrapalha;
- Quando estiver conversando com uma pessoa surda, pronuncie bem as palavras, mas não exagere. Use a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar;
- Não adianta gritar;
- Se souber algumas palavras na língua brasileira de sinais, tente usá-las. De modo geral, suas tentativas serão apreciadas e estimuladas;
- Seja expressivo. As expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo serão boas indicações do que você quer dizer, em substituição ao tom de voz;

- Mantenha sempre contato visual; se você desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou;
- A pessoa surda que é oralizada (ou seja, que aprendeu a falar) pode não ter um vocabulário extenso. Fale normalmente e, se perceber que ela não entendeu, use um sinônimo (carro em vez de automóvel, por exemplo);
- Nem sempre a pessoa surda que fala tem boa dicção. Se não compreender o que ela está dizendo, peça que repita. Isso demonstra que você realmente está interessado e, por isso, as pessoas surdas não se incomodam de repetir quantas vezes for necessário para que sejam entendidas;
- Se for necessário, comunique-se através de bilhetes. O importante é se comunicar, seja qual for o método.

### **5.1.3 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL**

Na identificação de crianças com deficiência mental/intelectual deve-se dar atenção a duas áreas:

- **Funcionamento intelectual** – está relacionado com as áreas acadêmicas, a capacidade de um indivíduo resolver problemas e acumular conhecimentos e que pode ser medido pelos testes de inteligência
- **Comportamento adaptativo** – refere-se às capacidades necessárias para um indivíduo se adaptar e interagir no seu ambiente de acordo com o seu grupo étnico e cultural.

#### **Áreas do comportamento adaptativo:**

- Comunicação;
- Cuidados pessoais;
- Habilidades sociais;
- Desempenho na família e comunidade;
- Independência na locomoção;
- Saúde e segurança;
- Desempenho escolar;
- Lazer e trabalho.

- **Características do desenvolvimento intelectual:**

Quanto à estrutura orgânica as pessoas com deficiência mental/intelectual:

- Seguem as etapas do desenvolvimento intelectual na mesma ordem que os outros indivíduos;
- Tem um ritmo mais lento de desenvolvimento das suas estruturas intelectuais;
- Não conseguem finalizar o desenvolvimento das suas estruturas intelectuais;
- Os mecanismos de equilíbrio são os mesmos;

Quanto à estrutura subjetiva (funcional), as pessoas com deficiência mental/intelectual:

- Demonstram uma grande inércia no plano mental (muitas vezes, tem tendência para repetir a mesma estratégia de resolução de problemas, embora ela seja ineficaz);
- Manifestam, muitas vezes, oscilações (caráter instável) no uso dos seus esquemas;
- Em várias circunstâncias não testemunham o uso elaborado das suas ferramentas intelectuais (não atribuem qualquer significado ao seu procedimento).

As barreiras da deficiência mental/intelectual diferem das barreiras encontradas nas demais deficiências. Trata-se de barreiras referentes à maneira de lidar com o saber em geral, fato que reflete preponderantemente na construção do conhecimento escolar.

- É necessário que se estimule o aluno com deficiência mental/intelectual, a avançar na sua compreensão, criando-lhe conflitos cognitivos, ou melhor, desafiando-o a enfrentá-los.

- O professor deve privilegiar o desenvolvimento e a superação dos limites intelectuais desses alunos, exatamente como acontece com as demais deficiências, como por exemplo: para o cego, a possibilidade de ler pelo braile, para o surdo a comunicação em Libras, etc.

Além disso, para a promoção do acesso do aluno ao conteúdo curricular, há outras mais específicas sugeridas a seguir:

- Posicionar o aluno de forma que possa obter a atenção do professor;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades de comunicação interpessoal;
- Encorajar a ocorrência de interações e o estabelecimento de relações com o ambiente físico e de relações sociais estáveis;
- Estimular o desenvolvimento de habilidades de autocuidado;
- Estimular a atenção do aluno para as atividades escolares;
- Estimular a construção de crescente autonomia do aluno, ensinando-o a pedir as informações de que necessita, a solicitar ajuda, enfim, a se comunicar com as demais pessoas de forma que estas sejam informadas de sua necessidade e do que esteja necessitando;
- Oferecer um ambiente emocionalmente acolhedor para todos os alunos;

#### **5.1.4 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA**

A grande maioria dos alunos com deficiência física apresenta como necessidade especial para o acesso ao currículo ajustes no ambiente físico, tais como:

- Posicionar o aluno de forma a facilitar-lhe o deslocamento na sala de aula, especialmente no caso dos que utilizam cadeiras de rodas, bengalas, andadores, etc;
- Utilizar recursos ou equipamentos que favoreçam a realização das atividades propostas em sala de aula: pranchas para escrita, presilhas

para fixar o papel na carteira, suporte para lápis (favorecendo a preensão), presilha de braço, cobertura de teclado, etc;

- Utilizar os recursos ou equipamentos disponíveis que favoreçam a comunicação dos que estiverem impedidos de falar: sistemas de símbolos (livro de signos, desenhos, elementos pictográficos, ideográficos e/ou outros, arbitrários, criados pelo próprio professor juntamente com o aluno, ou criado no ambiente familiar, etc.), auxílios físicos ou técnicos (tabuleiros de comunicação, sinalizadores mecânicos, tecnologia de informática);
- Utilizar textos escritos complementados por material em outras linguagens e sistemas de comunicação (desenhos, fala, etc.).

Alguns poderão apresentar também uma deficiência mental, o que deverá ser identificado para que as respostas educacionais atendam a todas as suas necessidades.

### **Dicas básicas para a convivência com pessoas com deficiência física no dia a dia**

- Quando estiver empurrando uma pessoa sentada numa cadeira de rodas e parar para conversar com alguém, lembre-se de virar a cadeira de frente, para que a pessoa também participe da conversa;
- Empurre a cadeira com cuidado para evitar acidentes e preste atenção às pessoas que caminham à frente;
- Para uma pessoa sentada em cadeira de rodas, é incômodo ficar olhando para cima por muito tempo. Portanto, se a conversa for demorar mais, sente-se ou abaixe-se para que você e ela fiquem com os olhos no mesmo nível;
- Respeite o espaço corporal. A cadeira de rodas (assim como as bengalas e muletas) é quase uma extensão do corpo. Agarrar ou apoiar-se nesses equipamentos não é como se encostar a uma cadeira comum;
- Nunca movimente a cadeira de rodas sem antes pedir permissão para a pessoa que a utiliza;
- É mais seguro subir rampas ou degraus de frente. Para descer, é mais seguro de costas;

- Para subir um degrau, incline a cadeira para trás, levante as rodinhas da frente para apoiá-las sobre o degrau;
- Para descer um degrau, é mais seguro fazê-lo de marcha à ré, sempre apoiando a cadeira, para que a descida seja sem solavancos;
- Para subir ou descer mais de um degrau em seqüência, é mais seguro pedir a ajuda de outra pessoa;
- Se você estiver acompanhando uma pessoa com deficiência que anda devagar, procure acompanhar o passo dela;
- Sempre mantenha as muletas ou bengalas próximas à pessoa com deficiência;
- Esteja atento para a existência de barreiras arquitetônicas quando for visitar algum local com uma pessoa com deficiência motora;
- Pessoas com paralisia cerebral podem ter dificuldades para andar, fazer movimentos involuntários com pernas e braços, apresentar expressões estranhas no rosto e ter dificuldade para falar. Não se intimide com isso. São pessoas como você. Geralmente, têm inteligência normal ou, às vezes, até acima da média;
- Se você não compreender o que a pessoa está dizendo, peça para que repita. Isso demonstra interesse e respeito e as pessoas com dificuldades de comunicação não se incomodam de repetir.

#### **5.1.5 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES (SUPERDOTAÇÃO)**

- Estimular a independência do aluno;
- Estimular o aluno a ler, a pesquisar, a buscar novas informações em materiais extraclasse, de forma que ele aprenda a estudar pesquisando, e assim, possa extrapolar os conteúdos regulares, seguindo seu próprio ritmo;
- Estimular a utilização de processos cognitivos complexos, como o pensamento criativo, a análise crítica, etc;
- Estimular discussões amplas sobre fatos, questões, idéias, buscando o aprofundamento do nível de complexidade de análise, comunicação,



tomada de decisão, organização do pensamento e raciocínio lógico, planejamento, entre outros;

- O fato de ter altas habilidades pode dificultar a convivência entre pares, por isso é de grande importância que a interação e as habilidades de comunicação interpessoal constituam objetivos de ensino, de igual importância aos demais conteúdos curriculares.
- Estimular o envolvimento em atividades cooperativas;
- Estimular o desenvolvimento do respeito pelos demais seres humanos, independentemente de suas características, talentos e competências. O aluno com altas habilidades pode se tornar alguém impaciente com pessoas que possuem um ritmo diferente do seu, desta forma, é importante tratar do desenvolvimento e da prática do respeito humano enquanto conteúdo curricular.

#### **5.1.6 ADAPTAÇÕES PARA ATENDER NECESSIDADES ESPECIAIS EM ALUNOS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO**

No Ensino Regular, o currículo a ser desenvolvido com alunos com transtornos globais do desenvolvimento deve ser o mesmo estabelecido para os demais alunos. É necessário que se tenha cuidado e preocupação em se associar ao trabalho acadêmico as questões nas áreas sócio-emocional, que muitas vezes esses alunos requerem. Assim, além das capacidades cognitivas e lingüísticas há que se propor ações pedagógicas que estabeleçam o desenvolvimento das capacidades relacionadas à interação e integração social, bem como ao equilíbrio emocional.

De modo geral, a atuação do professor deve visar a potencialização do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e psicomotor, nas relações sociais, nas adaptações organizativas e no desenvolvimento emocional. Dentre várias citamos:

- É importante que o professor estabeleça claramente, com os alunos, os limites necessários para a convivência no coletivo;

- É fundamental que seja identificada a forma mais adequada de comunicação, para cada aluno, de forma a permitir que ele trabalhe com compreensão, com prazer e com a maior autonomia possível;
- É importante que o ensino seja individualizado, quando necessário, norteado por um Plano de Ensino que reconheça as necessidades educacionais especiais do aluno e a elas responda pedagogicamente;
- É importante que o aluno possa, sempre que possível, relacionar o que está aprendendo na escola, com as situações de sua própria vida;
- É importante, também, que as atividades acadêmicas ocorram em um ambiente que por si só seja tenha significado e estabilidade para o aluno;
- A previsibilidade de ações e de acontecimentos pode diminuir em muito a ansiedade do aluno que apresenta comportamentos não adaptativos. Assim, é importante que o professor estruture o uso do tempo, do espaço, dos materiais e a realização das atividades, de forma a diminuir ao máximo a ansiedade que um ambiente complexo pode representar para esse aluno;
- Estimular o aluno a saber, ouvir;
- Levá-lo a refletir sobre seus atos e suas conseqüências;
- Criar condições para que o aluno possa expressar verbalmente e de outras maneiras, seus sentimentos;
- Oferecer alternativas diversificadas para diferentes problemas;
- Desenvolver a consciência corporal, buscando o conhecimento de si mesmo e do que o rodeia;
- Proporcionar atividades em que as possibilidades de sucesso sejam mais freqüentes que o fracasso;

## **6. O QUE DIZ A PRÁTICA INCLUSIVA?**

Após as discussões e reflexões sobre a definição, o sentido e a consideração legal acerca do processo educacional inclusivo, acreditamos ser imprescindível conhecer as opiniões docentes sobre esse processo. Afinal, as percepções de professores em relação à inclusão educacional são de suma importância, em função

de estes serem participantes ativos da educação, conhecendo assim, seus avanços e seus entraves.

Na proposta de trabalho para o levantamento das percepções e opiniões docentes sobre o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, utilizamos a aplicação de um questionário (Anexo1), com os professores e equipe técnico/pedagógica do 6º ao 9º ano do ensino Fundamental de um Colégio Estadual em Nova Esperança/Paraná. A idéia da utilização do questionário originou-se pela percepção da necessidade de estudos que busquem ouvir o professor que recebe alunos com necessidades educacionais especiais em sua sala de aula, considerando que a inclusão representa um desafio para esses professores que, de modo geral, não possuem formação específica em Educação Especial. Assim, não só o processo de inclusão, mas principalmente as dificuldades enfrentadas pelos docentes em relação à sua prática pedagógica, nos traz a necessidade de repensar a educação, a instituição escolar e o papel de cada um diante dessa “*velha novidade*”. Desta forma, a opinião dos docentes da escola e suas dificuldades foram o ponto de partida para a organização das atividades, e para a escolha dos temas e assuntos que foram desenvolvidos e discutidos no grupo de estudos, a fim de que realmente contribuíssem para a formação e melhoria da prática pedagógica na escola.

É importante ressaltar que esta escola já inicia o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, sendo: alunos com surdez, alunos deficientes intelectuais e alunos com TDAH no ensino regular diurno. Há também na EJA - período noturno, três alunos com paralisia cerebral e mais alguns surdos. Para isso a escola conta com a colaboração de uma professora/intérprete de libras, duas professoras de apoio para os alunos com paralisia cerebral. Conta ainda, com o atendimento em sala de recursos para os demais.

As questões para o questionário foram elaboradas de forma simples e objetiva, englobando as seguintes dimensões: se já haviam desenvolvido algum trabalho com alunos inclusos; opinião sobre dificuldades encontradas para trabalhar; opinião sobre as dificuldades envolvidas no processo de inclusão escolar como um todo; opinião pessoal sobre a credibilidade no processo de inclusão escolar; opinião

sobre apoios e recursos necessários ao professor para efetivação real da inclusão escolar.

Como resultado, constatou-se que os professores expressaram várias dificuldades envolvidas nesse processo, destacando-se a falta de formação específica do professor; a falta de infra-estrutura e recursos materiais das escolas; a dificuldade de comunicação ao ensinar; a dificuldade em planejar; o não conhecimento em relação às necessidades educacionais especiais, entre outros.

Quanto à opinião em relação à credibilidade no processo de inclusão, a maioria dos professores se mostrou favorável, pois acreditam que é através do contato e da interação com outros indivíduos que o aluno aprende e se desenvolve, no entanto deixaram explícito que não se sentem preparados, sugerindo cursos de formação específica e capacitação; reorganização da escola, tanto no aspecto físico e material (barreiras arquitetônicas, adaptações), como na preparação de todos os funcionários envolvidos; parcerias com outros profissionais, como, psicopedagogo, neurologista, psicólogo, psiquiatra, assistente social, agente de saúde, fonoaudiólogo, fisioterapeuta e terapeuta ocupacional. Apenas dois professores se manifestaram contra a inclusão, por acreditarem que nem a escola, nem os professores estejam preparados para receber esse alunado, e porque não tiveram formação específica para esse trabalho.

De modo geral, ficou claro que apesar de a maioria se mostrar favorável à proposta de inclusão, os professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade do alunado presente em uma classe inclusiva, sobretudo com os que apresentam uma deficiência ou dificuldade de aprendizagem que exigem maior grau de adaptação curricular.

Sabemos que a atitude do professor é um dos fatores que mais contribui para o sucesso de qualquer medida de inclusão do aluno com deficiência na escola regular. Como podemos perceber nas práticas do dia-a-dia nas nossas escolas, não basta determinar legalmente a inclusão para que ela aconteça afinal ela é um processo que deve fornecer aos alunos com deficiência ou outras necessidades, uma educação com o máximo de qualidade e de eficácia, no sentido do desenvolvimento e da satisfação das suas necessidades individuais. Isto é, um processo, em que sejam oportunizadas aos alunos, condições de se desenvolver e

progredir não só em termos educacionais, mas também para o alcance de uma autonomia pessoal, social e econômica. Desta forma, a inclusão exige não só do professor, mas das escolas uma mudança no sentido de se desenvolver com o objetivo de proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos e o máximo de acesso aos que têm necessidades educacionais especiais. Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

Assim, tendo em vista as necessidades percebidas, optamos por realizar um grupo de estudos, onde pudéssemos refletir e discutir as questões básicas sobre o processo de inclusão, as deficiências, as terminologias utilizadas em educação especial e algumas contribuições para o trabalho do professor, ao lidar com o aluno incluso.

Realizamos seis encontros com a participação de trinta e três professoras, sendo, dezanove professoras do Ensino Fundamental - séries finais e como houve interesse, abrimos a participação a quatorze professoras de Escola de Educação Especial. Os encontros possibilitaram além das discussões e reflexões, uma rica troca de experiências, entre as duas realidades, tendo contribuído de maneira satisfatória para a conscientização dos professores, neste momento em que buscam por informações e formação dentro deste tema tão preocupante, e para a construção de um novo olhar em relação ao aluno incluso e ao trabalho com as diferenças.

Os estudos e discussões durante os encontros, propiciaram alguns dados que permitiram uma reflexão sobre os aspectos que têm permeado a inserção do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino. Os principais resultados apontaram que a educação inclusiva foi vista pelos participantes sob diferentes enfoques, desde definições mais próximas dos princípios de integração até definições mais relativas à educação inclusiva. O discurso da maioria dos participantes evidenciou uma posição favorável à inclusão dos alunos com necessidades na educação comum, talvez pelo fato de entenderem que é pela interação que o indivíduo aprende e se desenvolve (VYGOSTKY, 1991). Tanto os professores do Ensino Regular como os de Educação Especial, parecem crer que a

educação inclusiva é uma proposta viável, mas que, para ser efetivada, necessita de profundas transformações na política e no sistema de ensino vigente.

O resultado das discussões deixou claro que os professores estão cientes de que não estão preparados para a inclusão, não aprenderam as práticas educacionais essenciais à promoção da inclusão e precisam do apoio de especialistas. Reconhecem ainda, que sabem da importância de uma educação democrática, que atenda satisfatoriamente à totalidade dos alunos, mas apontam que os órgãos administrativos competentes devem tomar as providências necessárias, incluindo não só a participação ativa de educadores, mas dos pais e da sociedade a fim de proporcionar a todo e qualquer aluno um ensino adequado às suas necessidades específicas.

Na fala dos professores constata-se que a inclusão na forma que vem se efetivando, está longe de atender a um ideal, foge até mesmo dos princípios estabelecidos pela Declaração de Salamanca, a qual se constitui num importante documento, norteador, e que trata dos princípios, da política e da prática da educação para as necessidades especiais e, que recomenda que as escolas se ajustem às necessidades de todos os alunos.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Não temos dúvidas de que todos os indivíduos têm direito a uma educação de qualidade. No entanto, a dúvida que mais preocupa é como construir essa escola inclusiva, de qualidade para todos.

Sabemos que a educação é o alicerce para o desenvolvimento de qualquer cidadão, e que incluir o aluno com necessidades educacionais especiais, é também, uma forma de respeitá-lo e garantir a possibilidade de seu crescimento. No entanto, percebemos que as dificuldades existem, não são poucas e ficam bem claras quando se pára para observar de forma mais crítica. Afinal, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

Na verdade, a inclusão, não deve ser vista simplesmente como um fato, mas sim como um processo, que tem suas etapas e que necessita ser muito analisado, avaliado em todo o seu decorrer, com responsabilidade e senso crítico. Diante de todas as discussões e reflexões podemos pontuar algumas certezas como:

- Não basta a garantia da lei. Com certeza, a lei é sim, uma forma de começarmos as mudanças. Mas, a inclusão deve ir além das leis e dos espaços definidos como regular ou especial. Deve sim, referir-se ao que é importante para cada ser humano, em cada época específica de sua vida, respeitando seus momentos, suas capacidades e necessidades;
- Não existe homogeneidade na escola. Aceitar e valorizar as diferenças e a diversidade é o primeiro passo para se fazer parte de um processo verdadeiramente inclusivo, e para a criação de uma escola de qualidade para todos; sem este item importante, todo o trabalho poderá ser perdido nas posturas rígidas e inflexíveis de professores ou instituições. Não somos “todos iguais”, isso é apenas um jargão utilizado para esconder, ainda que inconscientemente, as diferenças;
- A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, exige o redimensionamento financeiro dos sistemas e instituições na implementação de serviços e recursos de apoio complementar tanto para os professores quanto para os alunos;
- A proposta da educação inclusiva deve acontecer em consenso e união dos pais, professores e de gestores, pois todos os alunos estão na condição de educandos, e são aprendizes de uma escola que deve ser de boa qualidade para todos;
- Os professores, independente da área ou série de atuação, necessitam de formação continuada, sobre o processo de inclusão, sobre as necessidades educacionais especiais e sobre como se dá o desenvolvimento cognitivo das pessoas em seu processo de aquisição de conhecimentos;
- É necessário e urgente um repensar sobre o papel da escola, na construção dessa escola inclusiva, em relação ao significado de algumas terminologias que permitem rótulos como deficiência, incapacidade, retardo e tantos já vistos na história, buscando desvincular as dificuldades das reais potencialidades da pessoa.
- Não são necessários novos professores, especializados. É necessário que os professores atuais estejam abertos às mudanças desse novo contexto de inclusão e que possam refletir e repensar suas concepções e conhecimentos antigos e novos, seu papel e posicionamento diante de uma classe de escola inclusiva.
- Não é possível esperar que a escola ou os professores, se preparem para então receber o aluno com necessidades educacionais especiais. Essa preparação deve

acontecer aos poucos, de forma gradativa, interativa, afinal a inclusão é um processo culturalmente determinado e para acontecer, requer a participação do próprio aluno na construção desse ambiente escolar que lhe seja favorável. É necessária e urgente essa mudança de mentalidade;

- Não podemos deixar de salientar que há crianças que possuem grau elevado de deficiência que necessita de apoio especializado (APAE, ANPR, ANPACIN...) que não pode ser esquecido e nem tampouco ignorado.

Claro que as dificuldades ainda são muitas, e sabemos que muitas delas não se referem exclusivamente aos alunos com necessidades especiais, mas são problemas existentes já há muito tempo na estrutura educacional do país como um todo. Nesse sentido, a inclusão desse alunado em classes comuns gera novas circunstâncias e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes do sistema atual, e, por conseguinte, reafirma a idéia de que a inclusão exige profundas mudanças a fim de melhorar a qualidade da educação, seja para educandos com ou sem necessidades educacionais especiais.

É como se tivesse sido dado apenas o primeiro passo de uma longa caminhada, de um difícil percurso de lutas para que se garantam a todos, as mesmas oportunidades de convivência, estudo, trabalho, lazer, enfim, oportunidades de acesso a todos os bens produzidos socialmente.



## 8. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Alunos com necessidades educacionais especiais - Adaptações Curriculares de Grande Porte, Brasília: MEC/SEESP, 2005, vol. 5.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. 2 ed. Coordenação geral

SEESP/MEC. Brasília: MEC, **Secretaria de Educação Especial**. 2006. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf). Acesso em 13 de novembro de 2008.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns**: Possibilidades e Limitações. RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Rosita Édler. **Educação Inclusiva**: Com os Pingos nos "is". Porto Alegre: Mediação, 2004.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. Guatemala, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em 27 de outubro de 2008.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto, Portugal: Porto, 1999.

CURTY, Marlene Gonçalves. **Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. Maringá: Dental Press, 2006.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 20 de outubro de 2008.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Tailândia, 1990. Disponível em: [http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao\\_Jomtien.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/Declaracao_Jomtien.pdf). Acesso em 27 de outubro de 2008.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 30 de outubro de 2008.

JANNUZZI, Gilberta. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

**JORNADA PEDAGÓGICA**. Departamento de Educação Básica. Equipe de ensino. Deficiência intelectual e distúrbio de aprendizagem. NRE, Paranaíba, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **EDUCAR EM REVISTA**. Curitiba, PR: Ed. UFPR, n.23, 2004. p. 185-202.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

PARANÁ, **Conselho Estadual de Educação**. Deliberação n.º 02/2003. Disponível em <http://www.cascavel.pr.gov.br/appis/legislacao/le02deliberacao.htm>. Acesso em 02/11/08

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, acesso em 04 de julho de 2008.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. Revista Sentidos. Junho/2005. Disponível em <http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=8322&codtipo=8&subcat=31&canal=visao> . Acesso em 13 de novembro de 2008.

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão - Um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SEED. Secretaria de Educação. **De qual política de inclusão educacional estamos falando?** Inclusão escolar e o atendimento a diversidade. Departamento de Educação Especial, Paraná, 200?

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ANEXO 1

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL-PDE

PLANO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

*Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais:  
Contribuições ao Professor do Ensino Regular*

**ALGUNS QUESTIONAMENTOS SOBRE A INCLUSÃO**

1. Área de formação/atuação: .....
2. Série que atua:    ( ) 5<sup>a</sup>      ( ) 6<sup>a</sup>      ( ) 7<sup>a</sup>      ( ) 8<sup>a</sup>
3. Você já trabalhou, ou trabalha com alunos que apresentam **Necessidades Educacionais Especiais (NEE)**?  
( ) Sim.  
Quais NEE? .....
- ( ) Não.
4. Quais as dificuldades que você encontrou nesse trabalho?  
(Caso nunca tenha trabalhado, que dificuldades você considera que poderia ter?)  
( ) Não conhecimento das NEE;  
( ) Dificuldade de relacionamento;  
( ) Dificuldade de comunicação;  
( ) Dificuldade em planejar;  
( ) Dificuldade em ensinar;  
( ) Falta de recursos materiais;  
( ) Dificuldade na utilização de recursos especiais;  
( ) Outros. Quais?

.....  
.....  
.....  
.....

5. Você acredita no processo de inclusão dos alunos com NEE no Ensino Regular?

( ) **Sim**, pois a legislação vigente garante.

( ) **Sim**, pois não considero problema, trabalhar com alunos que apresentam NEE.

( ) **Sim**, pois é através do contato e da interação com outros indivíduos que o sujeito aprende e desenvolve.

( ) **Não**, pois os professores não têm conhecimento das deficiências.

( ) **Não**, pois embora a legislação garanta a inclusão do aluno com NEE, a escola e os professores não estão preparados para recebê-los.

( ) **Não**, pois não tenho formação específica para trabalhar com alunos com NEE.

( ) **Não**, pois considero que o ensino tenha que ser específico e separado, para alunos com NEE (Educação Especial) e para alunos sem NEE (Ensino Regular).

( ) Outra opinião:

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

6. O que você acha que pode ser feito para melhorar esse processo, ou o que está faltando?

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....